

Continuidade e mudança: para uma (re)nova(da) *Revista Portuguesa de Saúde Pública*

Em 1971, um docente da nossa Escola, o Prof. Gonçalves Ferreira, propõe uma reforma do sistema de saúde e assistência, que pode ser considerado o início de um Serviço Nacional de Saúde (SNS). É no entanto a partir de 1974 que a política de saúde em Portugal sofre importantes transformações que permitirão, em 1979, criar o SNS em que, no essencial, o Estado assegura o direito à saúde a todos os cidadãos. A perspectiva global do SNS abrange a integração dos cuidados de saúde, desde a promoção da saúde à prevenção da doença, passando pelo diagnóstico e tratamento e as actividades de reabilitação. Tem como objectivo a efectivação, por parte do Estado, da responsabilidade que lhe cabe na protecção da saúde individual e colectiva. Esse serviço era ainda apoiado por acções de ensino e formação em que a ENSP teve um papel preponderante, inclusivamente através da nossa Revista.

A Revista Portuguesa de Saúde Pública (RPSP) foi, de facto, fundada em 1983, tendo desde então como directores as seguintes personalidades: Prof. Coriolano Ferreira (1983-1985), Prof. Lobato Faria (1986-1989), Prof. Caldeira da Silva (1990-1997), Prof. Galvão de Melo (1998-2006), Prof. Constantino Sakellarides (2007 (n.º 1/2007) e Prof. Luís Graça (2007-2009). Todos estes, com excepção do último, foram-no como directores da Escola, por inerência dessa função. Os dois primeiros, infelizmente, já não são vivos, mas deixaram em todos nós uma saudosa memória, pelo seu exemplo de competência e dedicação no campo do ensino, da investigação e da divulgação da Saúde Pública.

Recorde-se que foi a partir de 2007 que o Director da ENSP deixou de ser o Director da RPSP, ao mesmo tempo que o Conselho Editorial da RPSP passava a ter um Programa/Plano de Actividades, aprovado e avaliado anualmente pela Direcção da Escola. O objectivo era explicitamente assegurar, em termos de orientação editorial, a maior independência possível em relação aos órgãos de gestão e direcção da Escola, dando corpo a uma verdadeira Revista Portuguesa de Saúde Pública.

De acordo com o seu estatuto editorial, a RPSP assume-se hoje inteiramente (e é reconhecida, a nível nacional e internacional) como uma publicação científica e técnica, dotada de uma Comissão Científica, com uma composição e um sistema de apreciação de artigos que obedecem aos mais exigentes critérios da Plataforma Scielo — *Scientific Electronic Library Online (referee /double-blind peer review)*, acessível a investigadores, docentes, alunos, gestores e profissionais de saúde, e

procurando responder a necessidades e expectativas que combinem «*a investigação científica de excelência com uma profunda e diversificada experiência profissional*». Nestes últimos 25 anos, editaram-se 88 números, correspondentes a 27 volumes e 791 artigos. Originalmente trimestral (e depois semestral, a partir de 1999), a RPSP passou a publicar também um número temático, subordinado a diferentes temas de interesse para a área da saúde em geral, designadamente Clima e Saúde (1999), Cuidados de Saúde Primários em Portugal (2001), Economia da Saúde (2003), Novos Modelos de Gestão da Saúde em Portugal (2004), Avaliação do Desempenho em Meio Hospitalar (2005), Saúde Ocupacional (2006), Administração Hospitalar (2008) e Qualidade de Vida (2009).

No Editorial do n.º 1 (1983), assinado pelo Prof. Coriolano Ferreira, a RPSP é apresentada como o «órgão oficial e regular de comunicação externa» da ENSP, cabendo-lhe divulgar, de maneira «qualificada» o melhor que então se fazia no domínio das «ciências e técnicas da saúde», junto de «um público alargado que ultrapasse os serviços do Ministério dos Serviços Sociais» e que, ao mesmo tempo, «atinja áreas conexas» à saúde (referência explícita à «educação, segurança social, habitação e economia»).

Sobre o título da revista, aparentemente restrito, a posição do editorialista era categórica, inequívoca e avançada para a época: a «Saúde Pública» deveria ser entendida em sentido amplo, nela sendo incluída «... *toda a matéria que diga respeito à saúde do homem na comunidade e no meio em que vive...*» bem como as «...*ciências e técnicas que dão forma à prestação de cuidados de saúde e à administração dos recursos que lhe forem afectados...*».

Defendia-se já claramente um «conceito global» de Saúde Pública, integrando as políticas e os sistemas de saúde, a protecção e a promoção da saúde, incluindo a prevenção da doença na sua tripla dimensão (primária, secundária e terciária), bem como a gestão da saúde e dos serviços de saúde, com as suas diferentes componentes («técnicas, políticas, éticas e culturais»).

Numa época marcada por uma difícil conjuntura económica, social e política (1983/1985) — é o período da vigência do Governo do Bloco Central, da estabilização económico-financeira imposta pelo 2.º pacto com o FMI, e da ultimização das negociações com vista à adesão de Portugal à CEE — reafirmavam-se os princípios da justiça e da equidade bem como os valores da «...*saudável qualidade de vida de todos nós [que] há-de resultar de termos trabalho acessível, educação garantida, habitação digna e cidade humanizada...*».

Não menos importante, proclamava-se, no final do editorial, a vocação *exogâmica* e o âmbito nacional da Revista: «...Mais do que para a Escola é para o País que se concebe, realiza e publica a *Revista Portuguesa de Saúde Pública...*».

Não foi, de resto, preciso esperar pela integração da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) na Universidade Nova de Lisboa (em 1994), para se explicitar e enfatizar, logo no número inaugural de 1983, as garantias de qualidade científica e técnica da nova publicação: «...*Órgão de uma instituição que faz do ensino aberto e da investigação livre o essencial dos seus deveres, a Revista dará naturalmente aos*



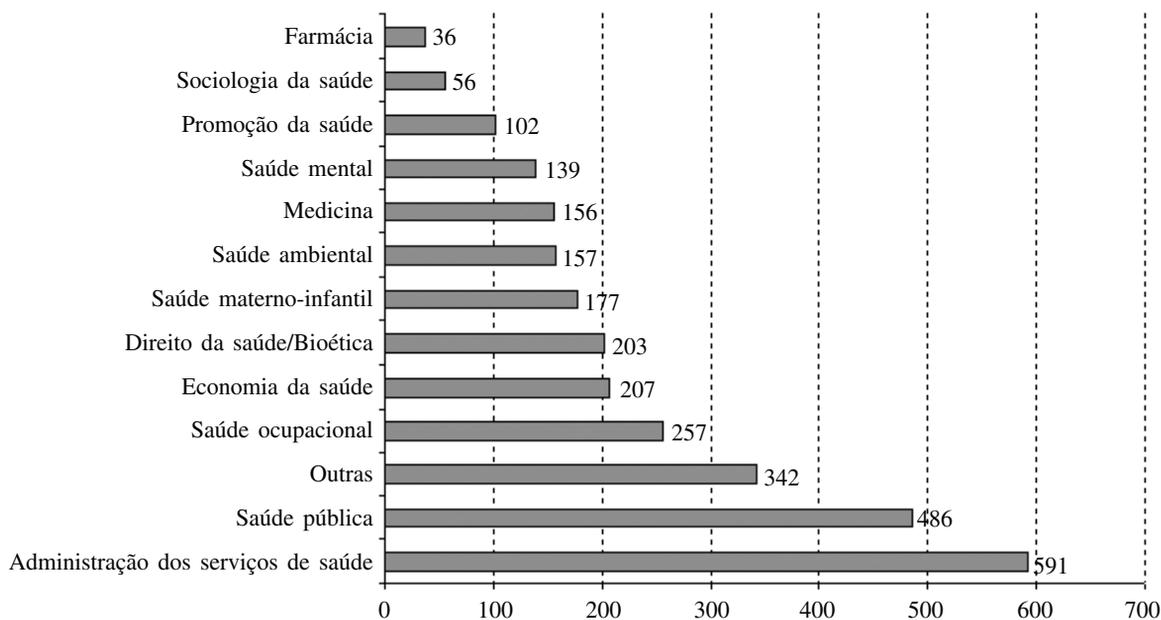
autores a plena responsabilidade dos seus escritos e das suas ideias, salvaguardando as regras editoriais e de qualidade...».

O presente número da RPSP, comemorativo dos seus 25 anos, aborda diferentes aspectos da Saúde Pública, sem qualquer pretensão de ser representativo das áreas temáticas em que a Escola mais investiga. Desde os artigos sobre Ambiente e Trabalho ou a Saúde Mental até ao Direito da Saúde e Bioética, passando pela Promoção da Saúde, pelas Políticas de Saúde, pela Epidemiologia e pela Segurança do Doente. A presente fase de intervenção em Saúde Pública na pandemia da gripe também é abordada neste número.

Fazendo uma sumária análise de conteúdo da produção da Revista nestes últimos 25 anos, identificam-se doze áreas temáticas principais, pelas quais se distribuem 88% dos descritores (2567 em 2909) dos artigos publicados, da Administração de Serviços de Saúde à Farmácia (Figura 1).

Refira-se, *en passant*, que o descritor Administração de Serviços de Saúde (ASS) não é consensual entre nós, levantando algumas questões semânticas e conceptuais, de difícil resolução. O sistema de descritores, usado para a indexação dos artigos da RPSP, é o DeCS — Descritores em Ciências da Saúde, tradução da responsabilidade

Figura 1
RPSP (1983-2008): Número de descritores por área temática principal (n = 2909)

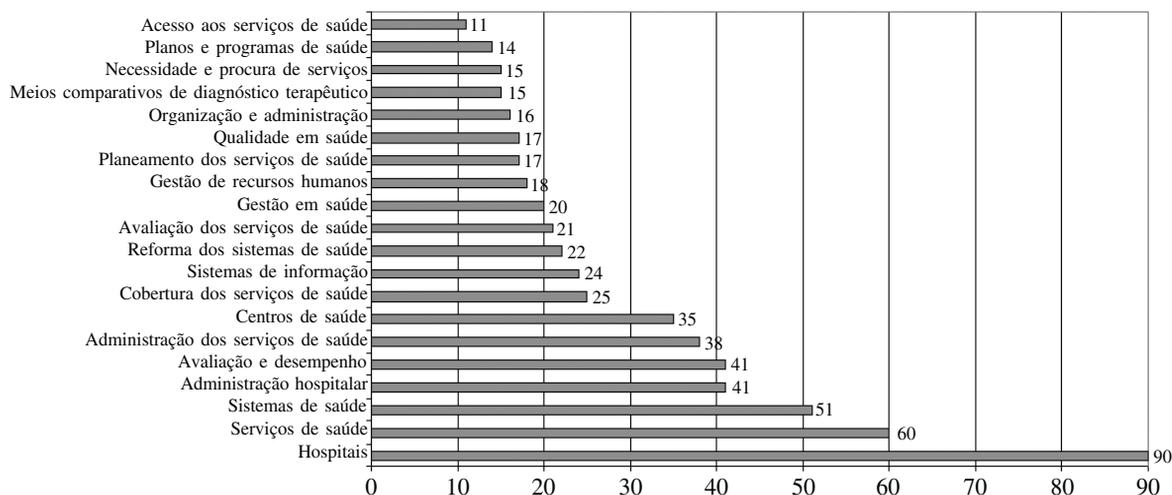


da BIREME (OPAS/OMS) do *thesaurus MeSH — Medical Subject Headings* — da U.S. *National Library of Medicine*. Alguns termos têm vindo a ser «actualizados» mas há outros, como a ASS, que permanecem na actual versão inglesa mas que a tradução brasileira não contempla.

Há uma categoria residual (*Outras*) que não se tratou com detalhe, e onde se incluem descritores geográficos e outros, tais como (i) nomes de países, continentes ou regiões (por exemplo, Portugal = 113; Europa = 28; União Europeia = 3; Brasil = 3; África = 2; Espanha = 1; França = 1; Grã-Bretanha = 1; EUA = 1; Angola = 1; Açores = 1); (ii) acrónimos de organizações internacionais (por exemplo, CEE = 8; OMS = 6); ou ainda (iii) qualificadores de ocorrências inferiores a 3, não susceptíveis de integração numa categoria genérica.

De qualquer modo, a simples desagregação daquela categoria residual (*Outros*) parece sugerir que a RPSP tem dado insuficiente atenção aos problemas de saúde internacional e, muito menos ainda, aos problemas de Saúde Pública e de administração de serviços de saúde da CPLP — Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para além obviamente de Portugal. Por exemplo, não há nenhum descritor sobre Medicina Tropical, Higiene Tropical ou Doenças Tropicais (como a Malária). Retomando a nossa sumária análise de conteúdo categorial, um em cada cinco artigos publicados nestes últimos 25 anos aborda aspectos da área temática da ASS ($n = 591$), reflectindo muito provavelmente a importância e a premência que têm tido, entre nós, os problemas de organização e funcionamento das organizações e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), cujo 30.º aniversário também

Figura 2
RPSP (1983-2008): Número dos descritores por principais categorias da área temática Administração de Serviços de Saúde ($n = 591$)

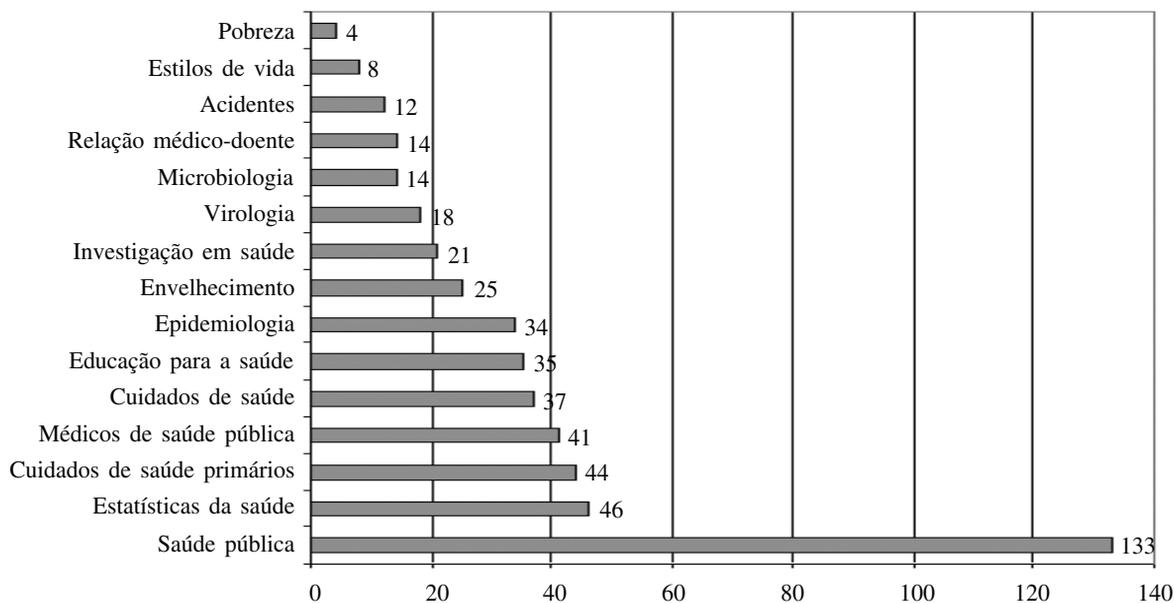


está agora a ser celebrado, e em particular dos nossos hospitais. Mas também o peso e a historicidade de áreas de ensino, investigação e acção externa, na ENSP, como a Administração Hospitalar (*Figura 2*).

A Saúde Pública, a Saúde Ocupacional, a Economia da Saúde e o Direito da Saúde/Bioética aparecem, a seguir à ASS, na lista dos cinco principais áreas temáticas, com maior número de descritores (frequência superior a 200, num total de mais de 2500). O tradicional Direito da Saúde (incluindo a nova temática da Bioética) está à frente de domínios bem consolidados da Saúde Pública como a Saúde Materno-Infantil ($n = 177$) e a Saúde Ambiental ($n = 157$) ou a própria Medicina ($n = 156$) (*Figura 1*). Em contrapartida, existem áreas temáticas, aparentemente sub-representadas na RPS (1983-2009), como poderá ser o caso da Sociologia da Saúde ($n = 56$), mas também da Promoção da Saúde ($n = 102$) e até da Saúde Mental ($n = 139$). No conjunto das 12 áreas temáticas, aquelas três representam apenas cerca de 11% do total de descritores ($n = 2567$). São claramente três áreas onde é ainda relativamente escassa, entre nós, a investigação empírica e a reflexão teórica, estando longe de fazer parte da *main stream* da Saúde Pública em Portugal.

Uma primeira leitura da *Figura 3*, respeitante à desagregação dos descritores classificados na área temática da Saúde Pública ($n = 486$) parece sugerir uma menor

Figura 3
RPS (1983-2008): Número dos descritores por principais categorias da área temática da Saúde Pública ($n = 486$)



presença de artigos sobre os determinantes da saúde e a epidemiologia (apenas 34 ocorrências), sem falar já da epidemiologia social.

Da leitura da *Figura 4*, pode também inferir-se que categorias como Direito do Trabalho ($n = 2$), Ergonomia ($n = 3$), Acidentes de Trabalho ($n = 5$), Absentismo ($n = 5$), Higiene do Trabalho ($n = 6$), *Stress/Satisfação Profissional* ($n = 8$) e *Promoção da Saúde no Trabalho* ($n = 8$) representam pouco mais de 14% do total dos descritores da área temática Saúde Ocupacional ($n = 257$).

Trata-se também de uma área tradicional de ensino, investigação e ação externa da ENSP, remontando a realização do 1.º Curso de Especialização em Medicina do Trabalho ao já longínquo ano de 1966 quando era a única instituição a ensinar Medicina do Trabalho em Portugal, circunstância só alterada em 1989 (Coimbra) e 1991 (Porto).

Enquanto a maioria dos descritores da área da temática do Direito da Saúde ($n = 203$) remete para artigos onde predomina a perspectiva legislativa, política e jurídico-normativa, há uma nova área emergente, relacionada com o impacto da Genética e das Biotecnologias, originando novos descritores como Biotecnologia

Figura 4
RPSP (1983-2008): Número dos descritores por principais categorias da área temática da Saúde Ocupacional ($n = 257$)



($n = 3$), Biomedicina ($n = 8$) e Bioética ($n = 14$), num total (ainda escasso) de 25 (pouco mais de 12%) (Figura 5).

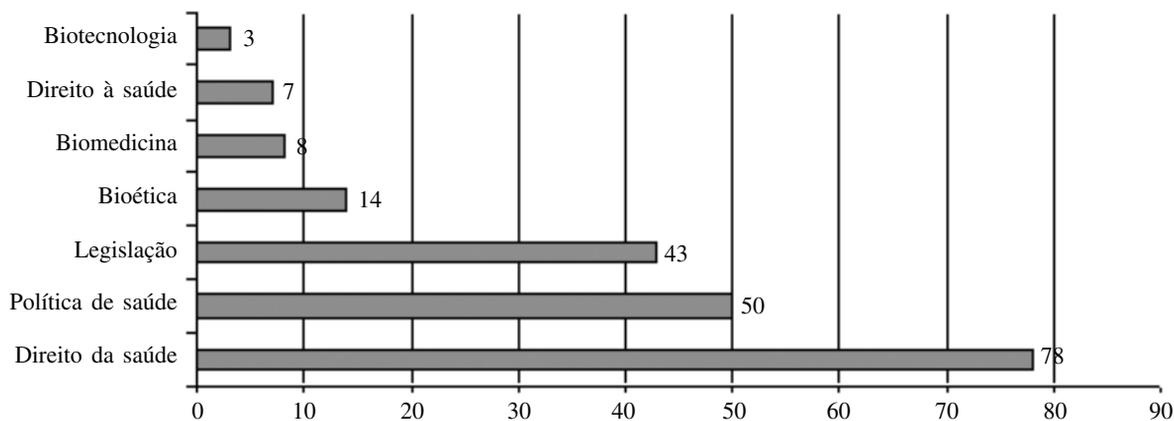
A ENSP é uma importante «marca» com indiscutível prestígio no sistema de saúde português. Um grande número dos seus ex-alunos e docentes têm participado empenhadamente na investigação e desenvolvimento (I & D) das políticas e do sistema de saúde.

A ENSP investe hoje na inovação em saúde, no ensino e na investigação em saúde, contribuindo para uma ampla rede de parcerias nacionais e internacionais. A RPSP dá corpo a esse empenhamento, interligando-a a outros pólos de I & D, no campo da saúde.

A RPSP articula estreitamente a sua acção e inserção histórica no sistema de saúde português promovendo a produção e disseminação do conhecimento, através da partilha de estudos e projectos de investigação. Essa articulação potencia ainda redes temáticas de investigação sobre determinantes da saúde e sistemas e serviços de saúde. A promoção da literacia e da inovação em saúde, a gestão da mudança no sistema de saúde e a melhoria do desempenho das organizações de saúde e as acções promotoras de ambientes mais saudáveis (incluindo as escolas e os locais de trabalho) são bons exemplos desse investimento.

Os grandes desafios para o futuro passam por tornar a RPSP numa publicação científica, verdadeiramente nacional, acessível a investigadores, docentes e alunos, bem como a um diversificado leque de gestores e profissionais de saúde, lusófonos e outros, que a considerem como a *sua* revista e não a revista da ENSP.

Figura 5
RPSP (1983-2008): Número dos descritores por principais categorias da área temática do Direito da Saúde
($n = 203$)



A manutenção da RPSP como referência terá sempre que se basear na difícil combinação entre a investigação científica de excelência e a experiência profissional de todos e, necessariamente, num esforço cada vez maior de a tornar numa revista de circulação internacional (incluindo a CPLP).

A handwritten signature in black ink, consisting of a long horizontal line followed by several vertical strokes and a small flourish.A second handwritten signature in black ink, featuring a large initial 'L' followed by a horizontal line and some additional strokes.

Agradecimento

Fica aqui uma nota de muito apreço e agradecimento à Dr.^a Isabel Andrade e à sua equipa do CDI da ENSP/UNL pelo trabalho, imenso, invisível mas rigoroso, que permitiu a (re)construção da base de dados de descritores da RPSP. Sem esse empenho a «fotografia» que fizemos da nossa Revista não teria sido possível.